

Câmara Municipal de Votorantim

Projeto de Lei nº 57/90

Autoria do Senhor Prefeito Municipal

Dispõe sobre altera a redação da Lei nº 793 de 21 de dezembro de 1.989, nas condições que menciona e dá outras providências



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

OF. no 356/90-CM.

Votorantim, 03 de Dezembro de 1.990

Senhor Presidente:

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de Vossa Excelência e demais edis que integram essa Egrégia Casa, o anexo Projeto de Lei, que altera a redação da Lei no 793, de 21 de dezembro de 1.989 (Código Tributário do Município), nos artigos que menciona e dá outras providências.

Como é do conhecimento de Vossa Excelência e seus dignos pares, a Lei acima referida, modificou substancialmente a Lei no 316, ou seja, o Código Tributário que vigiu até 31 de dezembro de 1.989, ensejando à Administração os meios imprescindíveis à consecução de seu fim - o bem social - quer pela adequação de suas normas à conjuntura atual, quer pela agilização no procedimento de arrecadação.

Se por um lado, no geral, ela satisfaz plenamente o fim a que se propunha, por outro, forçoso nos é reconhecer, que em certos casos particulares, pela deficiência de dados estatísticos, ou pela rigidez de alguns de seus preceitos, acabou por gerar certas insatisfações e até mesmo injustiças, bem como algumas dificuldades à sua aplicabilidade. Daí o presente Projeto, cuja aprovação virá aperfeiçoar o referido diploma e consequentemente, sanar as suas falhas.

02/12/90



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

As alterações dos artigos 26 e 48, a que se propõem os artigos 1º e 2º do Projeto, irão propiciar ao contribuinte maior facilidade no pagamento de impostos, pois, caso venha perder o prazo para pagamento da parcela única, poderá isentar-se das multas, liquidando o débito antes do vencimento da 2ª. parcela.

O artigo 3º, dando nova redação aos incisos I, II e III, do artigo 57, irá ensejar aos contribuintes do I.S.S.Q.N. - Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - vantagens bastante expressivas, visto ter reduzido consideravelmente o percentual incidente sobre o preço dos serviços. As alterações dos parágrafos 1º e 2º, do artigo acima referido, fizeram-se necessárias para se corrigir distorções. Com a exclusão dos Itens 02 e 91, a incidência anual do imposto passará a ser mensal.

Com a alteração dada pelo artigo 4º ao artigo 95 e seus parágrafos, estará o Projeto, fatalmente, eliminando o empecilho que estava a dificultar o aumento de nossa Receita que tem por base o I.T.B.I. - Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis.

Voltando prevalecer, para fins de transações imobiliárias, o valor venal do imóvel à época do lançamento do imposto, e não mais o "Laudo de Avaliação" atualizado, é de se esperar que haja interesse maior por parte dos adquirentes de imóveis em efetuar a escrituração, com vantagens para si e consequentemente para o erário.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Alterando-se a redação do artigo 130, nos moldes proposto pelo artigo 60, ter-se-á simplificada a forma para cobrança da taxa de licença para funcionamento dos estabelecimentos industriais.

Com a nova redação a taxa será cobrada em função da área coberta e não mais em razão do número de empregados, forma praticamente inviável face a impossibilidade de se controlar as admissões e demissões ocorridas nas empresas.

Os artigos subsequentes do 7º ao 9º, do Projeto, estabelecem respectivamente, mudanças quanto a maneira de cobrança das taxas de: Limpeza Pública, Conservação de Logradouro Público e Iluminação Pública. Visam uma cobrança mais justa das referidas taxas, abandonando a forma atual, em função da "testada" do imóvel, para se retornar à forma tradicional, em função da área construída (se predial) ou do terreno (se territorial). Estabelece-se a equidade, eliminado-se assim, a injustiça que pairava sobre os proprietários de imóveis de esquina.

Estas, Senhor Presidente, as considerações que julgamos oportunas tecer, convictos de que o presente Projeto merecerá o beneplácito dos nobres edis que integram essa Egrégia Casa de Leis.

Muito embora, dada a sua natureza, não seja a matéria objeto de apreciação em regime de urgência; tendo em vista o interesse público e o seu alcance social, tomamos a liberdade de solicitar de Vossa Excelência todo o empenho para



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

que a mesma venha a ser apreciada e votada ainda neste exercício.

Sendo o que se nos oferece, prevalecemo-nos do
ensejo para renovar os protestos de estima e alta consideração.

Atenciosamente,



JOSE DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal

Ao

Excelentíssimo Senhor

RUBENS MESADRI

DD. Presidente da

CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

P R O J E T O D E L E I N º 57/90

(Altera a redação da Lei nº 793, de 21 de dezembro de 1.989, nas condições que menciona e dá outras providências).

A CAMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA E EU, JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA, PREFEITO DO MUNICIPIO, SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica excluído o parágrafo único do artigo 26, da Lei nº 793, de 21 de dezembro de 1.989, passando o referido artigo, acrescido dos parágrafos 1º, 2º e 3º, vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26 - O pagamento do imposto será feito à vista, com o desconto fixado em ato do Poder Executivo.

Parágrafo 1º - Nos casos em que couber parcelamento para pagamento do imposto, a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas implicará no vencimento integral do débito do contribuinte.

Parágrafo 2º - O contribuinte sujeito aos acréscimos legais por haver perdido o prazo de pagamento da primeira parcela, poderá se isentar dos mesmos se efetuar o pagamento do valor integral do aviso de lançamento até o vencimento da segunda parcela.

Parágrafo 3º - Não pago no vencimento, o débito será convertido em índices monetários e dividido em até 10 (dez) parcelas."



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

(Handwritten signature)

Art. 2o - O artigo 48, da Lei no 793, de 21 de dezembro de 1.989, fica acrescido dos seguintes parágrafos:

"Parágrafo 1o - Nos casos em que couber parcelamento para pagamento do imposto, a falta de pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas implicará no vencimento integral do débito do contribuinte.

Parágrafo 2o - O contribuinte sujeito aos acréscimos legais por haver perdido o prazo de pagamento da primeira parcela, poderá isentar-se das mesmas se efetuar o pagamento do valor integral do aviso de lançamento até o vencimento da segunda parcela".

Art. 3o - Os incisos I, II e III, e os parágrafos 1o e 2o, do artigo 57, da Lei no 793, de 21 de Dezembro de 1.989, passam a vigorar com a seguinte redação:

" I - 10% (dez por cento) aos preços dos serviços de diversões públicas, previstos no Item 60 da lista de serviços;

II - 5,0% (cinco por cento) aos preços dos serviços de execução de obras e construção civil e de obras hidráulicas, previstos nos Itens 32, 33 e 34 da lista de serviços;

III - 5,0% (cinco por cento) aos preços dos demais serviços do artigo 52, excluídos os casos em que o imposto é calculado como dispõe os parágrafos seguintes:

Parágrafo 1o - Os prestadores de serviços especificados nos Itens: 1,4,8,9,11,25,26,27,28,30,51,52,53,81,88,89,90,91,92,93 e 94 da lista de serviços, pagarão imposto anualmente, calculado com a aplicação da alíquota de 15 (quinze) vezes o valor de referência vigente no Município.



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

(Handwritten signature)

Parágrafo 2o - Quando os serviços a que se refere os Itens: 1,3,4,8,9,11,25,51,52,53, 88,89,90,91,92,93 e 94 da lista de serviços forem prestados por sociedades, estes ficarão sujeitos ao imposto, anualmente, em relação a cada profissional habilitado, sócio, empregado ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal nos termos da Lei aplicável".

Art. 4o - Fica excluído o parágrafo 1o, do artigo 95, da Lei no 793, de 21 de dezembro de 1.989, passando o referido artigo e os demais parágrafos, com sua numeração alterada, vigorar com a seguinte redação:

"Art. 95 - A base de cálculo do Imposto é o valor venal, ou valor pactuado no negócio jurídico ou o direito transmitido, se estes forem maiores.

Parágrafo 1o - Na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens imóveis, a base de cálculo será o valor estabelecido pela avaliação judicial, ou valor venal, ou o preço pago se este for maior.

Parágrafo 2o - Nas tornas ou reposição a base de cálculo será o valor da fração ideal."

Art. 5o - O artigo 109, da Lei no 793, de 21 de dezembro de 1.989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 109 - O Executivo baixará normas disciplinando as formas de recolhimento, tramitação de recursos e outras que se fizerem necessárias".

Art. 6o - O Iten 1, da tabela "Natureza da Atividade", do artigo 130, da Lei no 793 de 21 de dezembro de 1.989, passa a vigorar com a seguinte redação:



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

* 1. INDUSTRIA:

- Indústrias em geral, inclusive moinhos, fundições, serrarias, metalúrgicas, refinação de motores, indústrias de bebidas, doces, beneficiamentos, extração de minérios tinturarias industriais, estamparias industriais, recauchutagens e similares (por metro quadrado de construção ou área total ocupada).....0,05% do VR por ano*

Art. 7º - Ficam excluídos os incisos I, II e III do artigo 157, da Lei nº 793, de 21 de dezembro de 1.989, passando o referido artigo, acrescido dos parágrafos 1º, 2º e 3º, vigorar com a seguinte redação:

*Art. 157 - A taxa de Limpeza Pública, tem como base de cálculo o custeio dos serviços utilizados pelo contribuinte ou colocados à sua disposição:

Parágrafo 1º - O cálculo da taxa de Limpeza Pública, será feito considerando-se a área edificada do imóvel à qual se aplicará a alíquota de 6,80% (seis vírgula oitenta centésimos por cento), do Valor de Referência.

Parágrafo 2º - A taxa será acrescida de 20% (vinte por cento) de seu valor, quando o imóvel for utilizado em parte ou em sua totalidade, para atividades comerciais, industriais ou prestação de serviços, desde que não inclusas no parágrafo 3º deste artigo.

Parágrafo 3º - A taxa será acrescida de 30 (trinta por cento) de seu valor, quando o imóvel for utilizado em parte ou em sua totalidade por hotel, pensão, padaria, confeitaria, bar, restaurante, cantina, mercearia, açougue, casa de



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

carnes, peixaria, cinema e outras casas de diversões públicas, clube, posto de serviços de veículos e similares."

Art. 8º - O artigo 160, da Lei nº 793, de 21 de dezembro de 1.989, e seu parágrafo único, acrescido do inciso I e do inciso II e suas alíneas "a" e "b", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 160 - A taxa de Conservação de Logradouro Público, tem como base de cálculo o custeio da conservação mantida pela Prefeitura.

Parágrafo único - O cálculo da taxa de que trata o "caput" do presente artigo, será efetuada da seguinte maneira:

I - Para Imóveis Edificados:

aplicar-se-á a alíquota de 0,922% (nove centos e vinte e dois milésimos por cento) do Valor de Referência, por metro quadrado de área construída.

II - Para Imóveis não Edificados:

a) aplicar-se-á a alíquota de 0,614% (seiscentos e quatorze milésimos por cento) do Valor de Referência, por metro quadrado de área não edificada até 300,00 metros quadrados.

b) quando o terreno for superior a 300,00 metros quadrados, a parte excedente será considerada pela metade e somada aquela, aplicando-se o fator de correção em função da profundidade, forma topografia ou gleba."



Prefeitura Municipal de Votorantim

"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

(Handwritten signature or mark)

Art. 9º - Fica excluído o parágrafo único, do artigo 162, da Lei nº 793, de 21 de dezembro de 1.989, passando o referido artigo, acrescido do parágrafo 1º e seus incisos I e II, alíneas "a" e "b", e do parágrafo 2º, vigorar com a seguinte redação:

"Art. 162 - A taxa de Iluminação Pública tem como base de cálculo o custeio do serviço.

Parágrafo 1º - A taxa a que se refere o "caput" deste artigo será calculada:

I - Para Imóveis Edificados:

aplicar-se-á a alíquota de 6,322% (seis vírgula trezentos e vinte e dois milésimos por cento) do Valor de Referência por metro quadrado de área construída ou fração.

II - Para Imóveis não Edificados:

a) aplicar-se-á a alíquota de 3,160% (três vírgula cento e sessenta milésimos por cento) do Valor de Referência por metro quadrado de área não edificada.

b) quando o terreno for superior à 300,00 metros quadrados, a parte excedente será considerada pela metade e somada àquela, aplicando-se o valor de correção em função da profundidade, forma, topografia, ou gleba.

Parágrafo 2º - Considera-se beneficiado para efeito de cobrança da taxa a que se refere o "caput" do presente artigo, o imóvel que estiver até 20 (vinte) metros da luminária postada no sentido da via pública."



Prefeitura Municipal de Votorantim

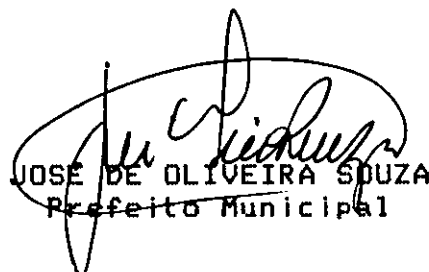
"CAPITAL DO CIMENTO"

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 10 - As despesas com a aplicação da presente Lei, correrão à conta de verbas próprias constantes do Orçamento.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e terá eficácia a partir de 1º de Janeiro de 1.991.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VOTORANTIM, em 03 de dezembro
de 1.990 - XXVI ANO DE EMANCIPAÇÃO.


JOSE DE OLIVEIRA SOUZA
Prefeito Municipal